

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

# RELATÓRIO E PARECER

---

**PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 66/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2024” E N.º 67/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2024”**

6 DE NOVEMBRO DE 2023



---

## INTRODUÇÃO

---

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu nos dias 2 e 3 de novembro de 2023, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024” e n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Política Geral, no dia 27 de outubro de 2023, com data-limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 6 de novembro de 2023.

---

## ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela



Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias inframencionadas são competência da Comissão Permanente de Política Geral.

---

### PROCESSO DE ANÁLISE

---

Compete à Comissão Permanente de Política Geral a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambos para o ano de 2024, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação Regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.

---

### APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

---

A programação anual vertida neste documento estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2024.



A análise da presente proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre a análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas e na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2024.

**Quadro**

**Plano Regional Anual para 2024**

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Política Geral)

<b>Objetivos / Programas</b>	<b>Investimento Público (€)</b>	<b>Plano (€)</b>	<b>Outros Fundos (€)</b>
<b>1 – Coesão, transição digital e representação</b>			
<b>1.3</b> Coordenação da atividade governativa	800.000	800.000	
<b>1.4</b> Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	262.500	262.500	
<b>1.5</b> Os Açores no Espaço Europeu	331.035	331.035	
<b>1.6</b> Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - infraestruturas e equipamentos municipais	200.000	200.000	
<b>1.7</b> Cooperação com os Municípios	5.223.312	5.223.312	



<b>1.8</b> Cooperação com as Freguesias	4.088.500	4.088.500	
<b>1.9</b> Emigrado e Regressado	57.702	57.702	
<b>1.10</b> Identidade cultural e Açorianidade	265.941	265.941	
<b>1.11</b> Imigrado e Interculturalidade	56.357	56.357	
<b>2 – Desenvolvimento social e inovação</b>			
<b>2.6</b> Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	13.639.246	13.639.246	
<b>2.7</b> Arrendamento acessível e cooperação	19.063.458	19.063.458	
<b>2.8</b> Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	484.405	484.405	
<b>2.11</b> Cooperação institucional	175.000	175.000	
<b>3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo</b>			
<b>3.2</b> Qualificação e emprego público	195.250	195.250	
<b>3.3</b> Modernização e Reestruturação da			



Administração Pública Regional	8.536.770	8.536.770	
<b>3.4</b> Eficiência no Serviço Público	1.200.000	1.200.000	
<b>5 – Promoção da Saúde e Proteção Civil</b>			
<b>5.14</b> Equipamentos e Comunicações	2.656.200	2.656.200	
<b>5.15</b> Infraestruturas do SRPCBA	210.000	210.000	
<b>5.16</b> Protocolos e Apoios	8.778.800	8.778.800	
<b>5.17</b> Formação	255.000	255.000	
<b>9 – Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas</b>	<b>344.846.232</b>	<b>263.494.000</b>	<b>81.352.232</b>
<b>10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral</b>			
<b>10.2</b> Qualificação Profissional e Emprego	88.506.262	19.085.000	69.421.262

**DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS:**

A Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Berta Cabral, iniciou a sua intervenção referindo que a proposta de Plano Regional Anual 2024 integra um investimento em Obras Públicas de 114,8 milhões de euros, representando cerca de 44% do total de investimento da responsabilidade da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Estão em causa 149 ações repartidas por 24 projetos, que sustentam um incremento do investimento público em obras públicas de mais de 34% face a 2023. Deu nota que que 43



destas ações serão alavancadas por fundos comunitários, com um potencial de receita acima dos 44 milhões de euros, onde se destaca, naturalmente, o peso do Plano de Recuperação e Resiliência.

Salientou que a execução do PRR é a grande prioridade deste plano de investimentos, não só pelos prazos, marcos e metas com os quais nos comprometemos, mas, sobretudo, pelo sentido profundamente estratégico que estes investimentos têm para a economia da Região.

Neste particular, destacou os circuitos logísticos; o Laboratório de Experimentação da Administração Pública dos Açores; o Centro de Qualificação dos Açores; a construção de um segundo edifício, no TERINOV; e a continuidade do projeto Escolas Digitais.

Para além desta prioridade absoluta do PRR, apresentou outros objetivos, incluindo o início de um trabalho de base para a evolução das estruturas rodoviárias da Região; a execução de obras estruturantes de vários setores do Governo; para além de diversas iniciativas de reabilitação, requalificação e reparação de diferentes infraestruturas, em todas as ilhas, muitas delas sistematicamente votadas ao abandono durante mais de duas décadas.

Referiu que nas estradas e circuitos logísticos, haverá um investimento superior a 80 milhões de euros, onde se incluem 29,7 milhões de euros alocados no âmbito do PRR, mas onde estão também incluídas obras de reabilitação das estradas regionais em todas as ilhas e, ainda, o desenvolvimento de projetos para novas soluções que alterarão e valorização muito substancialmente o paradigma logístico da ilha de São Miguel.

Anunciou que o Governo Regional manterá, igualmente, o trabalho em projetos de apoio e evolução qualitativa de infraestruturas e de equipamentos através do LREC, para além de darmos seguimento a contratos ARAAL com câmaras municipais em diferentes ilhas, visando a implementação de projetos de relevante interesse estratégico local.

Destacou, ainda, o volume de investimento previsto em obras e equipamentos em diversos setores fundamentais, incluindo 11,2 milhões de euros na Educação e Assuntos Culturais; 6,1 milhões de euros na Saúde e Desporto; 8,5 milhões de euros no Ambiente e Alterações Climáticas; e 3,5 milhões de euros na Qualificação Profissional – valor alocado ao início da empreitada do já referido Centro de Qualificação dos Açores, desenvolvido no âmbito do PRR e que representa um investimento estruturante na Região.

Por ser matéria da competência desta Comissão Especializada, assinalou, ainda, a continuidade do protocolo de cooperação com a Prevenção Rodoviária dos Açores, através do Fundo Regional dos Transportes Terrestres, nos termos recentemente revistos e que implicam a



transferência de, no máximo, 50% das receitas deste Fundo relativas às inspeções e reinspeções de veículos na Região.

Para terminar, referiu que, se a conjuntura regional, nacional e internacional nos últimos anos tem sido extremamente adversa, hoje perspectiva-se bastante mais desafiante.

Para além da recuperação de efeitos socioeconómicos provocados pela Pandemia de Covid-19 que ainda perduram, a que se juntaram os efeitos da Guerra na Ucrânia, a crise energética, a crise inflacionista, a subida das taxas de juro, a disrupção de cadeias de abastecimento, a crítica falta de mão-de-obra e sucessivos acontecimentos meteorológicos muito agressivos, recentemente juntou-se a Guerra em Israel. É uma tempestade perfeita, com fatores que, só por si individualmente, têm potencial para afetar a execução material e financeira de qualquer plano de investimentos, seja de que dimensão e natureza for.

Nos últimos dois anos, o Governo Regional tem tido concursos desertos, aumentos muito significativos de preços – que chegam a superar os 100% de incremento –, muitas dificuldades de aquisição de materiais e matérias-primas em mercados internacionais, e uma clara preferência de empresas especializadas em investir em obras de maior dimensão e em locais de menor risco e com maiores economias de escala. Estes constrangimentos vão continuar a subsistir em 2024, exigindo pragmatismo, racionalidade e sentido de responsabilidade na gestão dos recursos públicos, de modo a garantir a execução adequada dos investimentos considerados estruturantes para a Região e para a evolução qualitativa do bem-estar e das condições de vida em cada uma das nove ilhas dos Açores.

Questionada, pela Senhora Deputada Alexandra Manes (BE), sobre as verbas destinadas para a intervenção no edifício do Instituto Açoreano da Cultura na ilha Terceira e para a empreitada de melhoria das condições operacionais do porto de pescas das Poças, uma vez que as verbas presentes no plano parecem ser insuficientes para as obras que são necessárias, a Senhora Secretária Regional respondeu que a intervenção no Instituto Açoreano da Cultura está já em curso, mas que o Governo poderá reforçar a verba caso seja necessário para terminar a obra. Relativamente às questões sobre o porto de pescas das Poças referiu que o projeto já está concluído, estando atualmente na fase da realização da avaliação de impacto ambiental, mas lembrou que processos desta dimensão e complexidade são demorados.

Seguidamente, o Senhor Deputado Berto Messias (PS) usou da palavra e começou por referir que os níveis de execução, quer no relatório de execução financeira, como também do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e no âmbito do programa Açores2030, é demasiado baixa, sendo até risível em algumas ações e questionou o que irá mudar no ano de 2024 para que





estas taxas não sejam as que atualmente se verifica, como pretende o Governo Regional executar 400 milhões de euros de fundos comunitários, quando até ao presente não executou um quarto desse valor, e que credibilidade tem os anúncios feitos pelo Governo Regional, tendo em conta o contexto referido anteriormente.

A Senhora Secretária Regional respondeu que a Direção Regional das Obras Públicas tem uma taxa de execução de 66,9% e que a taxa de compromisso é de 96,5%, ou seja, a taxa de compromisso aproxima-se mais da capacidade de realização e execução material, mas que é preciso ter em conta a situação que a Região vive, nomeadamente o facto de haver muitas obras desertas, mas também pela falta de mão de obra e recordou que uma iniciar-se uma obra são necessário quase dois anos envolta de procedimentos que demoram imenso tempo e despendem muitos recursos, desde logo com o lançamento de concurso público para o projeto, realização do projeto, lançamento do concurso para a execução da obra, visto do Tribunal de Contas e outros procedimentos necessários para o arranque da obra. Deu nota que muitos destes projetos estiveram, nestes últimos dois anos, a serem preparados e que agora o Governo Regional vai entrar no arranque da maior parte das obras a que se propus e estas poderão entrar em velocidade cruzado.

Salientou que há obras integradas no PRR que estão concluídas, nomeadamente alguns circuitos logísticos como a Variante ao Portal do Vento e a Variante a São Roque, no concelho de Ponta Delgada, em fase de conclusão tem a Variante às Furnas e em fase de expropriação a Variante das Capelas. Quanto às variantes nas restantes ilhas os procedimentos estão a avançar. No que diz respeito às obras relacionadas com o Furacão Lorenzo deu nota que estão a avançar, desde logo a obra do Porto Comercial das Lajes das Flores que está a seguir os trâmites normais. Deu nota que o programa Açores2030 ainda não arrancou, tendo em conta que a plataforma de candidaturas ainda não está operacional, apesar de a Região já ter faturas e processos prontos para serem submetidos.

Questionada pela Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) sobre a verba incluída no Plano Regional Anual para 2024 para a Variante à Ribeira das Tainhas/Ponta Garça e ainda o montante de execução, a Senhora Secretária Regional respondeu que o Governo Regional tem bem noção da dificuldades que estas duas freguesias do concelho de Vila Franca do Campo têm em termos de acessibilidades, como outras que também constam do Plano Regional Anual, e que as verbas a elas destinadas são para o início de todo o processo, desde logo para levantamento das necessidades e do seu programa preliminar e projeto. Referiu ainda que a Direção Regional das Obras Públicas tem uma dotação 88 milhões de euros, mas foram já pagos mais de 60 milhões de euros, o que demonstra e comprova que a execução está num bom ritmo.



Questionada pelo Senhor Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) sobre a verba inscrita no Plano Regional Anual par 2024 para a conservação e manutenção da Via Vitorino Nemésio (VVN), a Senhora Secretária Regional respondeu que a Variante que liga a Vitorino Nemésio a Angra do Heroísmo é uma obra bastante importante porque irá fomentar uma dinâmica de escoamento de trânsito numa zona central da cidade de Angra do Heroísmo e vem facilitar a acessibilidade a várias freguesias limítrofes da mesma cidade. Referiu que a obra está na fase final para ser adjudicada, apesar de todo o procedimento estar ainda a decorrer e terminou referindo que todos os macros e metas estão a ser cumpridos, conforme definido anteriormente.

Seguidamente, o Senhor Deputado Carlos Freitas (PSD) usou da palavra para perguntar em que ponto se encontrava a circular à Madalena do Pico no ano de 2020, ano em que este Governo Regional iniciou funções, e como se encontra atualmente. A Senhora Secretária Regional respondeu que em 2020 encontraram somente a intenção de candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência e que foi já este Governo Regional que avançou com a candidatura e todos os procedimentos necessários para que a obra arranque, tal como acontecerá nos próximos dias.

**DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, Duarte Freitas, iniciou a sua intervenção referindo que o Governo Regional, tal como estava definido no Plano Regional Anual para o ano de 2023, reinstalou o Conselho Consultivo da Administração Pública Regional, que estava sem reunir desde 2011, e que tem desenvolvido um trabalho de reflexão de várias questões, desde logo a reforma da estrutura da remuneração complementar, mas também questões relacionadas com a formação profissional. Com base nessa reflexão feita pelo Conselho Consultivo da Administração Pública Regional, o Governo Regional pretende abranger, em 2024, mais 1500 trabalhadores do que acontece atualmente, aumentar substancialmente a base da remuneração complementar em 5%, dando nota que em 2020 a base era 66,29€ e que em 2024 serão 84,47€. Destacou ainda que o Orçamento para o ano de 2024 pretende regularizar extraordinariamente os profissionais de saúde abrangidos com contratos a termo incerto, celebrados no âmbito da COVID-19, que serão integrados.

Salientou que o Orçamento para 2024 pretende o alargamento da mobilidade Intercarreiras para os técnicos dos hospitais, uma vez que estes não eram abrangidos por esta modalidade.

Para além destas medidas, o Orçamento para o ano de 2024 pretende ainda que os funcionários públicos possam progredir na carreira muito mais rapidamente do que acontecia até aqui,



dando nota que no modelo em vigor atualmente há funcionários públicos que poderiam levar mais de 100 anos para poderem chegar ao topo da carreira. Esta alteração fará com que todos os funcionários públicos que acumulem 6 ou mais pontos nas avaliações de desempenho possam subir de carreira e passar para a posição remuneratória seguinte. O Senhor Secretário Regional disse que estima que haja uma redução de 40% do tempo que levavam para atingir o topo da carreira, deixando nota que esta é uma medida de extraordinário impacto e histórica, uma vez que vem trazer mais justiça a estes funcionários públicos em comparação com outros profissionais da área da educação e saúde que já tiveram as suas carreiras remuneratórias valorizadas.

Questionado pela Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) sobre se a acumulação de pontos, ou seja, o remanescente conta para a avaliação seguinte, o Senhor Secretário Regional respondeu que é um facto que houve, no passado, momentos em que os técnicos superiores no início da carreira recebiam também remuneração complementar, mas que acabou por se perder ao longo dos anos. O que este Governo Regional pretende é repor essa justiça, uma vez que poderá ser um incentivo para atrair técnicos superiores para a Administração Pública, tendo em conta algumas dificuldades que certos departamentos têm. Salientou que com este aumento de 5% da base da remuneração complementar prevista para 2024 significará que ao longo desta legislatura, de 2020 a 2024, haverá um crescimento de cerca de 30% da base da remuneração complementar.

Questionado pelo Senhor Deputado Berto Messias (PS) sobre o número de trabalhadores abrangidos por este aumento da remuneração complementar e qual o aumento real mensal para cada trabalhador. Questionou ainda o Senhor Secretário Regional sobre a regularização extraordinária dos profissionais de saúde abrangidos com contratos a termo incerto, celebrados no âmbito da COVID-19, nomeadamente o número de trabalhadores abrangidos por esta regularização e as suas categorias, o impacto orçamental desta medida e a cronologia da sua implementação. Relativamente à diminuição do tempo para progressão da carreira dos funcionários públicos, o Senhor Deputado perguntou se os trabalhadores do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores (SPERAA) serão abrangidos por esta medida e qual o seu impacto orçamental.

O Senhor Secretário Regional respondeu que serão 1504 os trabalhadores abrangidos por este alargamento e que o impacto orçamental é de cerca de 2 milhões de euros. Salientou que passarão a receber a remuneração complementar 10267 trabalhadores, sendo que 2583 trabalhadores recebem a 100%, 887 trabalhadores recebem a 90%, 1301 trabalhadores recebem a 80%, 769 trabalhadores recebem a 70%, 386 trabalhadores recebem a 60%, 687



trabalhadores recebem a 55%, 945 trabalhadores recebem a 45%, 1335 trabalhadores recebem 35% e no último escalão há 1374 trabalhadores.

No que diz respeito ao número de trabalhadores abrangidos pela regularização extraordinária dos profissionais de saúde respondeu que serão 534 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma: 5 médicos; 126 enfermeiros; 23 técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica; 54 técnicos superiores; 108 assistentes técnicos; 214 assistentes operacionais e 4 informáticos. Disse ainda que o impacto orçamental desta medida será praticamente nulo, tendo em conta que estes trabalhadores são atualmente remunerados pela Região, ou seja, haverá apenas uma regularização em termo contratuais, sem qualquer alteração significativa em termos orçamentais.

Quanto à questão da diminuição do tempo para a progressão da carreira, o Senhor Secretário Regional deu nota que esta medida significa um investimento de mais de 4 milhões de euros. Sublinhou que todos os funcionários do SPERAA que sejam avaliados por pontos serão abrangidos por esta medida e que acontecerá a partir de agora em todas as progressões, tendo realçado novamente que esta é uma medida inovadora, histórica, relevante e impactante para os funcionários públicos dos Açores.

#### **DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:**

A Senhora Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Maria João Carreiro, iniciou a sua intervenção referindo que as verbas previstas na área da Qualificação e Emprego assumem o valor total de 88.506.262,00€, dos quais 19.085.000,00€ são afetos pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Salientou que existe um reforço de 38,6% da dotação total para estas áreas, por comparação ao ano de 2023, considerando o acréscimo de 93,82% (33,6 ME), em relação a este ano, do financiamento proveniente de outros fundos, designadamente fundos comunitários.

Este é um Plano Anual que permite reforçar uma trajetória de investimento público na qualificação, formação e emprego dos açorianos, que está a gerar efeitos positivos na vida de muitos açorianos que estão hoje, indiscutivelmente, em melhor circunstância laboral do que estavam há quatro ou cinco anos.

Deu nota dos seguintes resultados positivos que a Região tem obtido com a nova estratégia de emprego e qualificação profissional, nomeadamente: o desemprego registado está a baixar nos Açores há mais de 24 meses, desde junho que a Região regista menos de 5.000 desempregados;



em 2022, a Região atingiu máximos históricos de população empregada; o número de desempregados em medidas de inserção socioprofissional também está a diminuir progressivamente, sem que esta diminuição tenha conduzido ao aumento do desemprego, como muitos vaticinaram ou desejavam (2020); desde 2021, foram apoiados na Região 4.775 contratos de trabalho, dos quais 85% visaram contratos sem termo e 56% envolveram trabalhadores até aos 30 anos de idade; através das medidas de apoio à contratação, indexado ao salário pago pela empresa ou entidade empregadora aos trabalhadores cujo contrato de trabalho foi apoiado, estimulamos o aumento salarial em 10%, em 2021, e em 15%, em 2022 e ainda que 73% dos jovens que concluíram o Estagiar T em 2021 e 2022 e 74% dos jovens que concluíram o Estagiar L no mesmo período estavam empregados 4 semanas após o Estágio.

Estes são apenas alguns resultados de uma nova geração de políticas de qualificação e emprego, aliada à confiança das empresas e entidades empregadoras, que está centrada nas pessoas e nos trabalhadores, que está orientada para o reforço da empregabilidade dos açorianos, para a contratação, para o emprego estável e para uma melhor remuneração.

Lembrou que o XIII Governo dos Açores estabeleceu como uma das prioridades estratégicas para a governação da Região a política de Qualificação Profissional e Emprego.

Para este percurso francamente positivo e histórico relevam medidas como, por exemplo:

- CONTRATAR, de apoio à contratação;
- CONVERTER, para apoiar a conversão de contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo;
- TURIS.ESTÁVEL, para apoiar a contratação estável no setor do turismo, um setor ainda muito marcado pela precariedade laboral;
- PRO.ATIVO, para apoiar os desempregados em programas ocupacionais que celebrem um contrato de trabalho;
- ESTAGIAR, através do qual diferenciamos, em termos remuneratórios, os jovens com mais habilitações ou formação, além da introdução da proteção social e da prioridade dada aos estágios no setor privado, onde reside a obrigatoriedade de contratação;
- RECONVERTER PRO, para apoiar a integração dos desempregados com menor empregabilidade por via da sua reconversão profissional em contexto laboral, sobretudo nos setores de atividade com necessidades de recrutamento.



O Plano Anual em apreciação confirma a responsabilidade deste Governo em continuar a promover as melhores respostas para a valorização dos açorianos no e para o mercado de trabalho, associada a melhor emprego e mais rendimento para os trabalhadores.

Este é o 4.º Plano Anual da responsabilidade da atual governação, sendo que os dois primeiros visaram, sobretudo, uma resposta imediata à circunstância excecional que se vivia, então, de combate à pandemia de Covid-19 – que só não teve consequências mais gravosas do ponto de vista do mercado de trabalho graças à célere e atempada intervenção do Governo dos Açores.

Realçou que, em 2024, o Governo Regional pretende consolidar a estratégia de sucesso de promoção da empregabilidade dos açorianos, em especial dos jovens e dos desempregados com maiores vulnerabilidades no mercado de trabalho, por um lado, e readaptar e criar novas medidas ativas de emprego e formação que melhor se ajustem às vicissitudes do mercado de trabalho, incentivando a dignificação das profissões e a valorização da formação e, conseqüentemente, fomentar a atração e retenção de talento pelas entidades empregadoras da Região.

A melhoria da qualidade do emprego, através de apoios à criação e manutenção de postos de trabalho, com o objetivo de incentivar a estabilidade laboral, a adequação salarial e o aumento do rendimento dos trabalhadores açorianos é uma das prioridades plasmadas neste Plano e adiantou que no próximo ano, no âmbito das medidas de apoio à contratação, será dado um firme e relevante contributo para promover o incremento do rendimento dos trabalhadores açorianos de acordo com as suas habilitações.

Através do novo CONTRATAR será dado um forte estímulo ao incremento salarial, por via do apoio financeiro destinado à criação de postos de trabalhos na Região, mediante a celebração de contratos de trabalho por tempo indeterminado e a tempo completo. O CONTRATAR vai apoiar a contratação sem termo de jovens recém-licenciados com salário base até 2.500 euros; bem como a contratação sem termo de trabalhadores qualificados com os níveis IV e V com salário base até 1.700 euros. Esta é, portanto, uma medida inovadora na Região, na medida em que fixa um valor mínimo a apoiar consoante as habilitações dos trabalhadores, que promove a qualidade do emprego, através da estabilidade laboral, da melhoria e adequação do rendimento às habilitações dos trabalhadores; que incentiva e atração e fixação de talento.

Por cada posto de trabalho criado é concedido um apoio no valor de 15 vezes a respetiva remuneração ilíquida, majorado ainda em função da localização do posto de trabalho criado, de forma a fixar trabalhadores nos concelhos com económicas locais menos dinâmicas e com menos ofertas de emprego.



Defendeu que problemas diferentes exigem respostas diferenciadas e é com base neste princípio, o de não tratar por igual aquilo que é diferente, que o Governo dos Açores tem vindo a afetar o investimento público à criação e implementação de medidas e ações para os diferentes públicos, nomeadamente:

- O Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional (GOVP), enquanto resposta ao público jovem e adulto desempregado, com baixa empregabilidade e/ou com fragilidades sociais tendo em vista a sua integração ou reintegração no mercado de trabalho;
- O QUALIFICA.IN, para apoiar a formação e qualificação da população ativa, empregada e desempregada, que inclui prática em contexto de trabalho;
- O AZORES DIGITAL, para apoiar a formação de recursos humanos altamente qualificados e especializados na área tecnológica e dos recursos digitais;
- O QUALIFICA.SUPERIOR, para contribuir para o aumento do número de adultos, empregados e desempregados, qualificados com ensino pós-secundário e superior;
- O aumento da oferta de cursos de nível IV nas Escolas Profissionais da Região, bem como o apoio à modernização dos seus equipamentos, que insere numa estratégia de continuar a aumentar o número de jovens nesta via de ensino profissionalizante;
- A adequação dos cursos de curta e média duração, em parceria com as Escolas Profissionais e o Centro de Qualificação dos Açores, direcionados para o mercado;
- A Escola de Negócios, apresentada há poucos dias, para apoiar os desempregados e recém-diplomados no desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências e conhecimentos relacionados com a gestão de negócios, bem como incentivar a criação de um projeto empresarial de micro ou pequena empresa que viabilize a criação do próprio emprego, contribuindo para o desenvolvimento local e a fixação de população;
- Construir o Próprio Emprego, para apoiar financeiramente o salário dos desempregados promotores de projetos aprovados nas medidas “Jovem Investidor” e “Pequenos Negócios” do novo Sistema de Incentivos Construir 2030.

Concluiu que este é um Plano de Investimento que operacionaliza as grandes opções das Orientações de Médio Prazo em consonância com o preconizado no Programa do XIII Governo dos Açores, assegurando, para isso, as condições materiais e financeiras para que a Região possa dar passos ainda mais significativos nas políticas públicas de apoio à contratação e



emprego estável para as quais relevam, sobremaneira, o investimento público na qualificação e formação dos trabalhadores, assegurando respostas públicas diferenciadas para os diferentes públicos e para as diferentes necessidades do mercado de trabalho.

Questionada pelo Senhor Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) sobre a estratégia de reconversão de adultos, desde logo a participação das escolas profissionais nessa reconversão, a Senhora Secretária Regional respondeu que este Governo Regional tem desenvolvido medidas de apoio à contratação e, conseqüentemente, à integração no mercado de trabalho por via da reconversão de adultos, através de programas como o TURIS.ESTAVEL e o RECONVERTER PRO, mas também por via da formação, através de programas como o QUALIFICA.IN e o FORM.AÇORES. Disse ainda que todos estes programas têm sido de enorme sucesso para a empregabilidade e para atribuição de novas competências a estas pessoas e que isso é comprovado pelo número histórico de empregados que a Região regista e também pelo número baixo de desempregados.

Questionada pela Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) sobre o novo programa CONTRATAR que consta no Plano Regional Anual para 2024, a Senhora Secretária Regional respondeu que o novo CONTRATAR pretende desenvolver o incremento salarial e a estabilidade laboral pela via do apoio à contratação com determinada remuneração base ilíquida e deixou o exemplo de um licenciado que poderá recorrer ao apoio do novo CONTRATAR caso aufera 1,50 vezes a retribuição mínima mensal garantida até ao máximo de 2.500€ e o caso de um detentor dos níveis 4 e 5 que também poderão ser apoiados caso aufera 1,25 vezes a retribuição mínima mensal garantida.

Seguidamente, o Senhor Deputado Berto Messias (PS) questionou a Senhora Secretária Regional sobre a taxa de cerca 30%, referidas no Relatório de Execução Financeira de janeiro a setembro de 2023, onde estavam previstos cerca 25 milhões de euros, mas foram executados apenas 7,9 milhões de euros, alegando ser uma execução manifestamente baixa e que leva o Partido Socialista a ter algumas reservas quanto ao que é proposto no Plano Regional Anual para 2024. Perguntou também pelo Fundo Social Europeu Mais (FSE+), uma vez que estava previsto para setembro o anúncio de onze avisos no âmbito do FSE+, mas que na verdade foram lançados apenas quatro avisos.

A Senhora Secretária Regional respondeu que no que diz respeito à execução de janeiro a setembro de 2023 da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional é preciso analisar cuidadosamente cada uma das ações previstas, nomeadamente a ação da Formação Profissional, que tem uma taxa de execução superior aos 70%, a ação dos Programas de Estágios





Profissionais e ainda a ação dos Programas de Emprego, sendo que estes dois últimos têm uma taxa de execução baixa pela conjuntura que a Região vive de pleno emprego por um lado, mas por outro lado por não haver a procura de medidas de apoio à contratação e tendo em contas as necessidades do mercado. Lembrou que existe atualmente uma procura gritante de mão de obra e que tudo isto está a condicionar a execução das ações referidas. Por outro lado, a Senhora Secretária esclareceu que foi o atual Governo Regional que alterou as condições de candidatura aos Programas de Estágio, mas também que criou mecanismos de apoio à contratação inovadoras e que têm vindo a demonstrar serem um sucesso pelos resultados alcançados.

Quanto à questão sobre o Fundo Social Europeu a Senhora Secretária referiu que existe uma execução quase de 100%, como também a execução do REACT-EU que está também próxima dos 100% e anunciou que relativamente aos avisos no âmbito do FSE+ este ano ainda serão abertos três avisos e que no ano de 2024 serão abertos outros quatro avisos, mas esclareceu que os onze avisos que foram mencionados referem-se ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), fora da competência da Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) questionou sobre a aplicação do Fundo Social Europeu até ao ano de 2020, lembrando que este Governo Regional tem vindo a aproveitar o Fundo Social Europeu investir na capacitação e na empregabilidade dos açorianos, criando medidas que apostem na contratação e reconversão, em vez de anteriores Governos Regionais que aplicavam os montantes do Fundo Social Europeu para iludir os açorianos com Programas Ocupacionais.

A Senhora Secretária Regional respondeu que é importante ter noção da aplicabilidade das verbas do Fundo Social Europeu pelos Governos Regionais anteriores e lembrou que esses fundos serviram para iludir e criar expectativas erradas quanto ao pleno emprego e a sua estabilidade investindo em medidas que não criavam mecanismos estáveis e dignos para muitos trabalhadores. Disse ainda que o Governo Regional, através dos seus mecanismos de apoio à contratação, apoiou 4775 contratos de trabalho desde 2021, dos quais 85% são contratos sem termo e 56% foram pessoas empregadas até aos 30 anos de idade.

### **DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:**

O Senhor Subsecretário Regional da Presidência, Pedro Faria e Castro, iniciou a sua intervenção referindo que o Plano Regional Anual para o ano de 2024 tem uma verba inscrita de cerca de 27,7 milhões de euros nas suas várias ações, desde logo as ações relacionadas com a cooperação



com os Municípios e com as Freguesias, com cerca de 9,2 milhões de euros, onde destacou uma nova ação com uma dotação de 4 milhões de euros para o Fundo para o Desenvolvimento para as Freguesias. Referiu ainda que há ações para o apoio à recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo e para a devolução do IRS e do IVA aos Municípios da Região com cerca de 3,5 milhões de euros e que vai ao encontro de um compromisso assumido por este Governo Regional para com as Autarquias dos Açores.

Em relação às ações sobre as Comunidades anunciou que o Governo Regional tem vindo a dar prioridade a três áreas, nomeadamente Emigrado e Regressado, Identidade Cultural e Açorianidade e Imigrado e interculturalidade.

No que diz respeito aos Assuntos Europeus e Cooperação Externa existem duas ações novas, nomeadamente Relações com o Atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores e ainda os Açores no Espaço Europeu salientado que a atividade do Governo Regional incide na coordenação política da ação da Região no âmbito da integração europeia, mas também com o programa Açores na Europa, que tem a ver com a constituição de um gabinete de representação dos Açores em Bruxelas que tem vindo a confirmar ser um sucesso para acompanhar com proximidade o trabalho das instituições da União Europeia e contribuir com o conhecimento da Região nessas mesmas instituições.

No âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM), o Senhor Subsecretário Regional realçou que será organizado nos Açores, em março de 2024, a Assembleia Geral da Comissão das Ilhas da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da União Europeia (CRPM) e deu nota que o Senhor Presidente do Governo Regional preside, de forma interina, esta Comissão das Ilhas.

Seguidamente a Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) usou da palavra para enaltecer aquele que é o investimento que tem sido feito com as autarquias dos Açores, desde logo com o assumir de compromissos quer do IRS, mas também do IVA e ainda a cooperação e proximidade entre o Poder Regional e o Poder Local e questionou sobre a taxa de execução de cooperação técnica e financeira com o Poder Local. O Senhor Subsecretário Regional respondeu que o Governo Regional tem vindo a assumir todos os compromissos realizados com as autarquias da Região e que para além da cooperação financeira, tem existido uma cooperação direta na resolução de problemas existentes, através da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, criada por este Governo Regional, e que tem vindo a verificar ser um parceiro ativo e de proximidade. Deu nota também que o Fundo para o Desenvolvimento das Freguesias é mais um cumprir com um compromisso assumido que vem promover a cooperação e partilha de meios financeiros de



investimento para os municípios e freguesias, baseada em critérios objetivos e equitativos, com previsibilidade e estabilidade no relacionamento com estes agentes de poder local. Para terminar, disse que a taxa de execução dos compromissos assumidos é de 91,29% e a taxa de execução financeira é de 83,13%.

O Senhor Deputado Berto Messias (PS) começou por referir que é muito importante que o Governo Regional dê continuidade do trabalho de presença, assiduidade e credibilização junto das instituições europeias e que o Partido Socialista tem contribuído para essa dignificação e credibilização da Região, através do trabalho que tem sido desenvolvido pelo presidente do Comité das Regiões Europeu, Vasco Cordeiro. Disse também a taxa de execução da ação da cooperação com os municípios é de 98%, mas a execução da ação da cooperação com as freguesias a taxa é de 38%, ou seja, bastante baixa e longe de uma execução aceitável e, nesse sentido, pediu que fosse esclarecido o porquê desta baixa execução.

Lamentou, no entanto, que o Governo Regional não seja justo e equitativo para com todos os municípios dos Açores, afirmando que os contratos de desenvolvimento entre a Administração Regional Autónoma e a Administração Local (ARAAL) demonstram claramente o tratamento desigual que existe entre municípios, uma vez que dos contratos ARAAL já assinados totalizam 11,6 milhões de euros e desses 11,4 milhões são com municípios da responsabilidade da Coligação PSD, CDS-PP e PPM e que os restantes 245 mil euros é com um município socialista.

O Senhor Subsecretário Regional respondeu que compreende a surpresa pela taxa de execução da cooperação com as freguesias ser baixa, no entanto explicou que atualmente essa taxa se fixa em cerca de 70%, tendo em conta os pagamentos realizados durante o mês de outubro, ou seja, não contabilizado na taxa de execução apresentada pelo Senhor Deputado Berto Messias.

No que concerne aos contratos ARAAL esclareceu que estes são celebrados com municípios que o solicitam e são articulados com base numa estratégia de desenvolvimento comum. Desafiou o Senhor Deputado Berto Messias a referenciar um município que tenha solicitado a realização de um contrato ARAAL e que não tenha sido estabelecido. Terminou referindo que o Governo Regional está sempre disponível para encontrar soluções que vão ao encontro das necessidades desses municípios.

**DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:**

O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção fazendo um resumo das áreas que estão na alçada da Vice-Presidência e que se enquadram na Comissão de Política Geral. Nesse sentido referiu que a área da habitação tem prevista uma dotação de cerca de 33 milhões de euro para



o ano de 2024, o que demonstra ser um dos maiores investimentos de sempre em habitação nos Açores e estão distribuídos da seguinte forma:

- Promoção e apoio à habitação própria e a custos controlados com uma verba de cerca de 1,1 milhões de euros;
- Promoção e apoio à autoconstrução com cerca de 500 mil euros;
- Programa Casa Renovada, Casa Habitada e combate à infestação por térmitas com uma inscrição de cerca de 4,3 milhões de euros;
- Incentivo ao arrendamento e cooperação com uma dotação de cerca de 4 milhões de euros;
- Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado com um total de mais de 15 milhões de euros;
- Operações de inserção e reintegração social cerca de 300 mil euros;
- Reabilitação do parque habitacional da Região com uma verba inscrita de cerca de 7,5 milhões de euros.

O Senhor Vice-Presidente disse ainda que desde o início da legislatura que o Governo Regional tem vindo a pagar encargos diversos com contratos ARAAL no total de cerca de 6,5 milhões de euros e de que desse montante total, cerca de 2,2 milhões de euros foi para liquidar dívidas que este Governo Regional recebeu.

Sublinhou a evolução em crescente do programa 2.6 - Promoção, reabilitação e renovação habitacional que viu a verba inscrita aumentar de 9 para 11 milhões de euros de 2022 para 2023 e para 13,6 milhões em 2024. Justificou este aumento de mais de 2 milhões de euros com a continuidade da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Quanto ao programa 2.6.3 - Reabilitação do parque habitacional da Região tem um aumento de mais 7 milhões de euros face ao ano anterior.

Realçou que a Região tinha uma dotação inicial de 60 milhões de euros para programas ligados à habitação, através do PRR, mas que conseguiu este Governo aumentar em 4,3 milhões de euros com objetivo que de promover a construção de habitação por via da autoconstrução, e sublinhou que a previsão era da construção de 277, mas que o Governo Regional aumentou para a construção de 301 habitações, no que diz respeito à reconstrução passaram a ser 527 habitação, continuando com objetivo de 828 intervenções. Realçou ainda o objetivo de adquirir e construir 145 lotes infraestruturados para cedência mediante concurso público.

O Senhor Deputado Berto Messias (PS) começou por referir que o Relatório de Execução Financeira indica que o programa Promoção, Reabilitação e Renovação, de janeiro a setembro,



tem uma execução de 39%, entre outros programas que têm uma ação demasiado baixo e que vem comprovar que o Plano Regional Anual não é coerente com aquilo que tem sido a execução este ano. Questionou o Senhor Vice-Presidente sobre o que poderá ser realizado para alterar esta trajetória de baixa execução.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que a baixa execução está relacionada com atrasos em determinados projetos que estavam munidos de várias irregularidades e ilegalidades e que foi necessário trabalhar na correção destes aspetos, entre outros que foram detetados. Deu nota ainda que é preciso ter em conta da falta de mão de obra que se vive na Região e que isso tem prejudicado em muito a execução do proposto para o ano de 2023. No entanto, salientou que o Governo Regional está a trabalhar fortemente para resolver a execução na construção de vários empreendimentos que foram deixados ao abandono durante vários anos. Sublinhou, também, que este Governo Regional já concluiu diversos projetos ligados à habitação, nomeadamente: 24 habitações no Bairro de Nossa Senhora de Fátima, na Praia da Vitória; 5 nos Ginetes, 17 em São Vicente Ferreira e 24 Fenais da Luz, em Ponta Delgada, 23 nos Foros do Solmar, em Vila Franca do Campo, 13 em São Brás, na Praia da Vitória, 15 na Achadinha, no Nordeste, 12 na Maia e 52 no Trás-os-Mosteiros, na Ribeira Grande, entre outros projetos que estão em procedimentos.

Questionado pelo Senhor Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) sobre o ponto de situação da construção das habitações na freguesia de São Brás, no concelho da Praia da Vitória, o Senhor Vice-Presidente respondeu que este Governo Regional encontrou aquele processo praticamente por elaborar desde 2004, existindo apenas uma habitação construída, e foi este Governo que terminou o processo e adjudicou a empreitada de construção de 13 habitações.

O Senhor Deputado Carlos Furtado (Ind.) começou por referir que o direito constitucional à habitação só é possível com a disponibilidade de empreiteiros que possam construir todas as habitações que estão a ser projetadas, não acreditando ser possível construir tudo por falta de mão de obra e de empreiteiros disponíveis. Saudou o aumento previsto nos diversos programas na área da habitação e questionou o Senhor Vice-Presidente sobre a diminuição de verbas de dois programas que, a seu ver, são essenciais para ajudar as famílias açorianas.

O senhor Vice-Presidente respondeu que este Governo Regional defende uma estratégia de apoio à construção de habitação própria ou por via do arrendamento, mas que possam dar mais condições para que as famílias consigam ter a sua habitação, ao contrário do que era feito, anteriormente, em que era dada prioridade a bairros sociais e onde os problemas sociais se agravavam. Disse ainda que existe uma variação de verbas inscritas em determinados programas



tendo em conta as necessidades atuais e que advém do resultado de um levantamento dessas mesmas necessidades.

Questionado pelo Senhor Deputado Berto Messias (PS) sobre que bairros sociais é que o Governo Regional não deveria ter construído e que são um mau exemplo, o Senhor Vice-Presidente respondeu que o problema dos bairros sociais nada tem haver por ser construído numa determinada freguesia, mas sim pelo facto de serem bairros mal estruturados, em termos de estratégia, mas também pela sua dimensão, tendo em conta o aglomerado que causam.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) questionou o Senhor Vice-Presidente sobre os Foros do Solmar, nomeadamente em que ponto de situação está o processo e como este Governo Regional o encontra, mas também sobre o Bairro da Galega, na Ribeira das Tainhas.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que os Foros Solmar estava num processo muito embrionário, sem estar registado e licenciado, para além de estarem em ruínas e à espera de serem concluídos. Neste momento o Governo Regional aguarda apenas o visto do Tribunal de Contas para iniciar a obra.

A Senhora Deputada Alexandra Manes (BE) questionou sobre o caso de um edifício da Câmara de Santa Cruz das Flores, que já foi um empreendimento turístico, mas que está totalmente abandonado, podendo ser uma resposta rápida para as dificuldades de habitação sentidas na ilha das Flores.

O Senhor Vice-Presidente respondeu que o Plano Regional Anual prevê a construção de três novas habitações nas Flores e a recuperação de oito habitações, para além dos passos que estão a ser dados para a aquisição de terrenos que possam dar resposta à construção de mais habitação, num processo em parceria com a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores. Relativamente ao edifício da Câmara de Santa Cruz das Flores, que já foi um empreendimento turístico, o Senhor Vice-Presidente deu nota que o edifício não pertence ao Governo Regional dos Açores, pelo que deverá ser a própria Câmara Municipal a candidatar a recuperação daquele edifício, através, por exemplo, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU).

#### **DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:**

A Senhora Secretária Regional da Saúde e Desporto, Mónica Seidi, iniciou a sua intervenção referindo que a política de investimento que enfatiza o setor da Proteção Civil e que é defendida pelo Governo Regional assenta essencialmente em 5 princípios base: sensibilização, prevenção, formação, planeamento e assistência rápida à população. São estes os 5 princípios que regem



o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e que face à sua excelente prestação veem reforçado no plano de investimentos para 2024 a verba que lhes é atribuída. Referiu, também, que a verba para 2024 é de 11,9 milhões, o que representa um aumento de 10% relativamente a 2023. O Governo Regional reforça assim a mensagem que pretende transmitir a todas as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários dos Açores, mas também aos vários parceiros com os quais o Governo tem acordos, nomeadamente ao CIVISA, que recentemente foi alvo de uma alteração justa e meritória relativa ao valor que lhes é atribuído anualmente.

No que diz respeito ao plano de investimentos, o mesmo está dividido em quatro ações, a primeira diz respeito aos equipamentos e comunicações, a segunda relacionada com as infraestruturas da Proteção civil e Bombeiros, a terceira ação corresponde aos protocolos e apoios, uma rubrica que foi reforçada e a última ação que corresponde à formação. Na primeira ação, a Senhora Secretária Regional destacou que se pretende prosseguir a política do Governo Regional ao longo desta legislatura no sentido de renovar, de forma contínua, a frota de todas as Associações. Recordou, também, que ao longo dos últimos 3 anos foram atribuídos mais de 2 milhões de euros destinados a viaturas.

Relativamente à segunda ação, ao nível das infraestruturas, a Senhora Secretária Regional referiu que existem duas rubricas que dizem respeito a projetos de execução para novos quartéis em Vila Franca do Campo e Nordeste, uma vez que são os quartéis que, neste momento, demonstraram uma necessidade premente de serem alterados face às necessidades crescentes deste setor.

Destacou, ainda, o papel essencial do Centro de Formação da Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores, referindo que estão programadas ao longo do ano várias formações com o intuito de dotar as equipas para serem cada vez mais capazes e estarem cada vez mais prontas para dar uma resposta não só na região, mas também para o exterior, como tem sido o caso em diversas situações, quer seja na área dos incêndios, quer também, num futuro próximo, haver uma equipa preparada com 20 elementos destacados para dar resposta a fenómenos extremos, como os sismos, por exemplo, em que há necessidade de haver uma equipa destacada para estruturas colapsadas. Ainda nesta rubrica, realçou a necessidade de se continuar a formar os TAS (Tripulantes de Ambulância e Socorro) de capacidades no que diz respeito à emergência pré-hospitalar.

Relativamente à terceira ação, salientou três pontos, sendo que dois deles constituem-se como uma inovação, nomeadamente o acordo que existe com o Centro de Informação e Vigilância



Sismovulcânica dos Açores (CIVISA) mereceu a duplicação da verba que se cifrava nos 300 mil euros e que passará para 600 mil euros, uma vez que se constitui como uma necessidade, premiando esta estreita colaboração com esta entidade que presta um serviço a toda a Região e a todos os açorianos.

A Senhora Secretária Regional aludiu ao Estatuto Social do Bombeiro, referindo que foi recentemente aprovada a proposta em Conselho de Governo e dará entrada nesta assembleia para seguir os trâmites habituais. Este é um documento que vem melhorar aquilo que já está em vigor, uma vez que é essencial que o regime do bombeiro voluntário seja valorizado de forma que se possa, de forma justa, retribuir aos Bombeiros o trabalho que realizam em prol da Região. Relativamente ao modelo de financiamento que está previsto ser implementado ao longo deste ano, a Senhora Secretária da Saúde e Desporto referiu que o mesmo vem permitir finalmente previsibilidade às associações, sendo esta uma das maiores queixas que destas entidades. Em articulação com os municípios da região pretende-se chegar a um consenso, uma vez que considera que os municípios devem participar na elaboração e na atribuição deste modelo de financiamento. No que diz respeito à verba da formação, a mesma aumenta cerca de 10 mil euros comparativamente ao ano em vigor, sendo que, e de acordo com a Senhora Secretária Regional, o Governo Regional prepara-se para, em 2024, e em articulação com a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, implementar nas escolas açorianas, até ao nono ano de escolaridade, um projeto de suporte básico de vida, tendo mencionado que é fundamental sensibilizar as crianças e os jovens adultos para a importância que o suporte básico de vida poderá ter em salvar uma vida. Referiu, ainda, que as compressões salvam vidas e é essa a dinâmica que o Governo Regional pretende incutir para que independentemente do grau de diferenciação, é essencial que se promova também a literacia em saúde.

O Senhor Deputado Berto Messias (PS) referiu que, sem prejuízo daquele que é o direito de escrutínio e de fiscalização que qualquer partido político tem neste parlamento, obviamente que a proteção civil é uma matéria suprapartidária e que deve mobilizar todos, no apoio, no respeito, no entendimento e na perceção que esta área exige a todos, em situações de calamidade e de catástrofe, sem prejuízo, obviamente, daquela que é a função fiscalizadora da ação governativa, sendo o Serviço Regional de Proteção Civil um serviço verdadeiramente público. Nesse sentido, aludiu ao facto de a Senhora Secretária ter referido estatuto social do bombeiro que foi recentemente aprovado e não ao estatuto do bombeiro propriamente dito, pelo que questionou em que medida o estatuto do bombeiro terá impacto em 2024 e qual o seu impacto orçamental e financeiro.





A Senhora Secretária Regional respondeu que o estatuto que referenciou é o estatuto social do bombeiro e esclareceu, também, que na Região não existem bombeiros profissionais, mas sim bombeiros assalariados, uma vez que, são considerados bombeiros profissionais os bombeiros municipais e os bombeiros sapadores que não existem na Região. Os bombeiros assalariados são aqueles que prestam o serviço remunerado e que estão ao serviço nas associações e, portanto, têm obviamente um contrato de trabalho e estão dignificados dessa forma.

Continuou referindo que o estatuto social do bombeiro abrangerá os 800 bombeiros da Região, sendo cerca de 400 assalariados e os restantes não assalariados. Há um estatuto em vigor e o Governo Regional pretende apenas melhorar o existente adotando diversas medidas, nomeadamente, ao nível do apoio psicológico, que era algo que não estava contemplado, permitindo que os bombeiros tenham acesso a consultas de psicologia, quer por abrangência ao Serviço Regional de Saúde, quer por protocolo com o próprio Instituto de Segurança Social dos Açores. Outra medida que já existia e que abrange todos os bombeiros é o apoio à educação, que permite que possa haver uma majoração, consoante o nível de diferenciação escolar que o bombeiro possa vir a requerer. Está também prevista uma medida que diz respeito a um apoio extraordinário, uma atribuição de cerca de 50% do valor da retribuição mínima mensal garantida aos bombeiros em regime de voluntariado e que atinjam as 250 horas anuais de regime de voluntariado.

A Senhora Secretária Regional referiu ainda que para os bombeiros assalariados está prevista uma medida a nível da bonificação do tempo de serviço para efeitos de pensão e deixou o exemplo de um bombeiro com 61 anos de idade e que lhe falte cerca de 5 anos para chegar à reforma, será dada a possibilidade de reforma antecipada. O valor relativo a essa atribuição será pago em 50% da reforma completa pela Liga Nacional de Bombeiros, 25% pelo Governo Regional e o bombeiro voluntário os restantes 25%. Em 2024 a Região terá cerca de 20 bombeiros em condições de usufruir desta medida, sendo que a mesma terá um impacto financeiro de 114 mil euros previstos no Plano e Orçamento da Região.

A Senhora Deputada Sabrina Furtado (PSD) iniciou a sua intervenção referindo que efetivamente tem existido discussão sobre o estatuto social do bombeiro e que há vontade e curiosidade para que ele se efetive brevemente e perguntou relativamente ao quartel de Vila Franca do Campo, aludindo ao facto da Senhora Secretária Regional ter referido o quartel como uma das prioridades identificadas por este Governo Regional, que passos serão dados para a concretização desta ação.



A Senhora Secretária Regional esclareceu que esta atribuição de prioridades se deve à auscultação das entidades e pelas visitas que o Governo tem feito e que lhes permite constatar que há, efetivamente, corporações que face à dimensão e à atividade que é prestada, tem mais necessidades do que outras. O Governo Regional gostaria de renovar todos os quartéis em simultâneo, mas, infelizmente, por uma questão orçamental não é possível. No que diz respeito ao quartel de Vila Franca do Campo e, face ao serviço que é prestado, é imperioso proceder à ampliação do quartel, sendo que o terreno está identificado. A verba inscrita é para um projeto de execução e, portanto, é certo que ao longo do ano 2024, não haverá um novo quartel, mas o Governo Regional está empenhado em garantir que este processo não pare.

A Senhora Secretária Regional reforçou a importância do serviço de proteção civil, concordando com a afirmação de que esta matéria deve ser suprapartidária. O reconhecimento da importância deste serviço está espelhado no aumento das verbas dos planos de investimentos disponíveis para este setor. Referiu, ainda, que o Governo Regional tem tentado dotar as associações com melhores equipamentos, distribuindo-os ao longo do ano e consoante as necessidades que estão identificadas. Constatou também que ao longo desta legislatura, o Governo Regional já investiu cerca de 34 milhões de euros em todas as associações da Região Autónoma dos Açores e, portanto, que este valor demonstra bem a importância que o Serviço de Proteção Civil e dos Bombeiros da região tem para os Açores e para os açorianos.

---

### SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

---

**O Grupo Parlamentar do PS** emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

**O Grupo Parlamentar do PSD** emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

**O Grupo Parlamentar do CDS-PP** emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

**O Grupo Parlamentar do BE** emitiu parecer desfavorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

**O Grupo Parlamentar do PPM** emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



---

**CONCLUSÕES E PARECER**

---

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, contra do BE e com a abstenção com reserva de posição para Plenário do PS, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 66/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2024”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM, contra do BE e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 67/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2024”**.

Conforme despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia.

Ponta Delgada, 6 de novembro de 2023

**O Relator**

**Flávio Soares**

O presente relatório foi aprovado por maioria, com abstenção do PS.

**A Presidente**

**Elisa Sousa**